



PREFEITURA MUNICIPAL
DE ARUJÁ

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIO DE 2013



Centro de Estudos e Pesquisas
"Dr. João Amorim"

CNPJ nº 66.518.267/0012-36



PREFEITURA MUNICIPAL
DE ARUJÁ

ÍNDICE

Página(s)

Balanço Patrimonial	2
Demonstração dos Resultados	3
Demonstração das Mutações Patrimoniais	4
Demonstração dos Fluxos de Caixa	5
Notas Explicativas	6 à 13



BALANÇO PATRIMONIAL
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em Reais)

ATIVO	Notas	2013	2012
ATIVO CIRCULANTE			
Bancos - Contas Movimento	4	54,90	10,00
Bancos - Aplicações Financeiras	5	1.913.440,18	1.833.355,02
Adiantamentos a Fornecedores		-	2.712,00
Adiantamentos a Empregados	6	43.383,51	-
Adiantamentos para Despesas		1.052,02	374,13
Impostos Recuperáveis		971,93	971,93
Créditos com Contrato de Gestão	7	76.103,33	-
Outros Créditos		5.000,00	5.000,00
		2.040.005,87	1.842.423,08
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Imobilizado	8	36.654,68	26.173,92
		36.654,68	26.173,92
TOTAL DO ATIVO		2.076.660,55	1.868.597,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		204.624,63	295.473,43
Obrigações Trabalhistas	9	326.458,62	342.725,11
Obrigações Sociais e Fiscais	10	145.078,33	135.073,71
Contas a Pagar		-	24.786,71
Provisões para Férias e Encargos		421.782,13	282.419,87
		1.097.943,71	1.080.478,83
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio Social		761.944,25	-
Superávit do Exercício	14	198.628,81	775.663,47
Reserva de Capital – Bens de Gestão Pública	3.b	36.654,68	26.173,92
Transferências Patrimoniais		(18.510,90)	(13.719,22)
		978.716,84	788.118,17
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.076.660,55	1.868.597,00

Dr. Fernando Proença de Gouvêa
Superintendente

Alexandre Pápi
Contador CRC nº ISP130223/O-3



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em Reais)

	Notas	2013	2012
RECEITAS LÍQUIDAS		18.524.814,55	11.011.845,21
Contrato de Gestão	11	18.539.787,48	11.039.772,48
(-) Repasse destinado à aquisição de Imobilizado	3.f	(14.972,93)	(27.927,27)
CUSTOS		(17.900.057,73)	(9.990.230,54)
Pessoal e Reflexo		(7.093.902,77)	(3.572.077,05)
Serviços Terceirizados		(9.213.038,38)	(4.961.434,41)
Medicamentos e Materiais de Consumo		(1.593.116,58)	(1.456.719,08)
Custo da CPP (Contr. Previdenciária Patronal)	12	(1.493.442,64)	(720.568,71)
(-) Isenção da CPP Usufruída	12	1.493.442,64	720.568,71
(=) RESULTADO BRUTO		624.756,82	1.021.614,67
DESPESAS		(469.462,43)	(290.038,14)
Impostos, Taxas e Contribuições		(136,75)	(1.914,49)
Despesas Gerais		(469.325,68)	(288.123,65)
(=) RESULTADO ANTES DAS REC/DESP FINANCEIRAS		155.294,39	731.576,53
RESULTADO FINANCEIRO		43.334,42	44.086,94
Receitas Financeiras		52.038,44	47.468,04
(-) Despesas Financeiras		(8.704,02)	(3.381,10)
SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	14	198.628,81	775.663,47


Dr. Fernando Proença de Gouvêa
Superintendente


Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em Reais)

	Patrimônio Social	Superávit	Reserva de Capital	Transferências Patrimoniais	Patrimônio Líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2012	-	-	-	-	-
Repasse destinados à aquisição de Bens	-	-	39.867,52	-	39.867,52
Depreciação do Exercício	-	-	(13.693,60)	-	(13.693,60)
Transferências Patrimoniais	-	-	-	(13.719,22)	(13.719,22)
Superávit do Exercício	-	775.663,47	-	-	775.663,47
Saldo em 31 de dezembro de 2012	-	775.663,47	26.173,92	(13.719,22)	788.118,17
Incorporação do Superávit do Exercício Anterior	775.663,47	(775.663,47)	-	-	-
Incorporação das Transferências Patrimoniais	(13.719,22)	-	-	13.719,22	-
Repasse destinados à aquisição de Bens	-	-	14.972,93	-	14.972,93
Depreciação do Exercício	-	-	(4.492,17)	-	(4.492,17)
Transferências Patrimoniais	-	-	-	(18.510,90)	(18.510,90)
Superávit do Exercício	-	198.628,81	-	-	198.618,81
Saldo em 31 de dezembro de 2013	761.944,25	198.628,81	36.654,68	(18.510,90)	978.716,84

Dr. Fernando Proença de Gouvêa
Superintendente

Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em Reais)

	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit do Exercício	198.628,81	775.663,47
(Aumento) ou Redução do Ativo		
Adiantamentos a Fornecedores	2.712,00	(2.712,00)
Adiantamentos a Empregados	(43.383,51)	-
Adiantamentos para Despesas	(677,89)	(374,13)
Impostos Recuperáveis	-	(971,93)
Créditos com Contrato de Gestão	(76.103,33)	-
Outros Créditos	-	(5.000,00)
Aumento ou (Redução) do Passivo		
Fornecedores	(90.848,80)	295.473,43
Obrigações Trabalhistas	(16.266,49)	342.725,11
Obrigações Sociais e Fiscais	10.004,62	135.073,71
Provisões para Férias e Encargos	139.362,26	282.419,87
Outras Obrigações	(24.786,71)	24.786,71
Caixa líquido gerado nas Atividades Operacionais	98.640,96	1.847.084,24
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de Imobilizado pertencente à Gestão Pública	14.972,93	27.927,27
Caixa líquido consumido nas Atividades de Investimento	14.972,93	27.927,27
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimento de Numerário para Aquisição de Imobilizado	(14.972,93)	(27.927,27)
Incorporação ao Patrimônio Líquido	(18.510,90)	(13.719,22)
Caixa líquido consumido nas Atividades de Financiamento	(33.483,83)	(41.646,49)
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	80.130,06	1.833.365,02
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
Disponibilidades no Início do Exercício	1.833.365,02	-
Disponibilidades no Final do Exercício	1.913.495,08	1.833.365,02
VARIAÇÃO LÍQUIDA NAS DISPONIBILIDADES	80.130,06	1.833.365,02


Dr. Fernando Proença de Gouvêa
Superintendente


Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012
(em Reais)

1. **CONTEXTO OPERACIONAL**

O **Centro de Estudos e Pesquisas "Dr. João Amorim" - CEJAM** é uma entidade filantrópica de direito privado, de caráter filantrópico, fundada em 1991, com os Estatutos Sociais originais devidamente registrados no 3º Registro de Títulos e Documentos da Comarca da Capital do Estado de São Paulo sob o nº 454.301, registrada no Conselho Nacional de Assistência Social, portadora do Certificado de Entidade de Fins Filantrópicos, concedido por esse mesmo órgão, através do processo nº 44.006.000636/98-17, declarada de Utilidade Pública Federal pelo Decreto Federal s/nº, publicado no DOU, declarada de Utilidade Pública Estadual pelo Decreto Estadual nº 43.481/98, declarada de Utilidade Pública Municipal pelo Decreto Municipal nº 37.571/98, portadora do Certificado do COMAS (Conselho Municipal de Assistência Social) de nº 646/2003, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 66.518.267/0001-83, e Organização Social de Saúde nos Municípios de São Paulo, Mogi das Cruzes, Arujá e Rio de Janeiro.

O **CEJAM** mantém junto à **Prefeitura Municipal de Arujá** o Contrato de Gestão de nº 2.385, celebrado em 24 de abril de 2012, Processo nº 195.197/2012, Portaria nº 17.723/2012, visando o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, no Hospital Maternidade Dalila Ferreira Barbosa, em conjunto com o Pronto Atendimento Municipal de Arujá e o Pronto Atendimento Municipal do Parque Rodrigo Barreto.

2. **BASES DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

2.a) **Declaração de conformidade:**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade para pequenas e médias empresas (CPC PME), e nas disposições aplicáveis às instituições sem fins lucrativos e às fundações, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução n.º 1.409, de 21 de setembro de 2012, que aprovou a ITG 2002, e a lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que dispõem sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regulam os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social a serem cumpridos pelas pessoas jurídicas de direito privado sem finalidades de lucros, especialmente entidades beneficentes de assistência social.

2.b) **Base de mensuração:**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.



2.c) Moeda funcional e moeda de apresentação:

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram mantidas em números inteiros.

2.d) Uso de estimativas e julgamentos:

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.a) Instrumentos financeiros:

- **Ativos financeiros não derivativos:** a Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Entidade tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado de empréstimos e recebíveis.
- **Caixa e equivalentes de caixa:** abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.
- **Instrumentos financeiros derivativos:** não houve operações com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2013 e 2012.



3.b) Imobilizado:

- **Reconhecimento e mensuração:** itens do imobilizado, são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. As aquisições com recursos públicos são registradas no ativo imobilizado, e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o patrimônio líquido, na conta de reserva de capital "imobilizações pertencentes à gestão pública" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.
- **Depreciação:** a depreciação é contabilizada normalmente no ativo imobilizado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida ao patrimônio líquido, para amortizar o valor do custo do ativo, conforme a vida útil-econômica dos bens revisada pela Entidade. A Administração reavaliou a situação no exercício de 2012 e não detectou alterações relevantes, mantendo as taxas definidas no início do exercício. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:
 - Aparelhos e instrumentos de uso médico: 10 anos;
 - Equipamentos de uso médico: 10 anos;
 - Equipamentos de informática: 5 anos;
 - Máquinas e equipamentos: 10 anos;
 - Móveis e utensílios: 10 anos.

3.c) Redução ao valor recuperável (impairment):

- **Ativos financeiros (incluindo recebíveis):** um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

3.d) Passivo circulante e não circulante (quando aplicável):

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.



3.e) Patrimônio social:

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido ou reduzido dos superávits/déficits apurados anualmente desde a data de sua constituição, são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade conforme divulgado na Nota Explicativa nº 1.

3.f) Receitas:

As receitas da Entidade são apuradas através de recebimentos comprovados por contratos de gestão e, eventualmente, quando ocorrer doações de pessoas físicas e entidades privadas. As aquisições de imobilizado com recursos públicos são registradas na conta redutora da receita, denominada "(-) Repasse destinado à aquisição de imobilizado", e os valores correspondentes às aquisições transferidos para o patrimônio líquido, na conta de reserva de capital "imobilizações pertencentes à gestão pública" e nela mantidos por tratar-se de itens reversíveis, vinculados à prestação dos serviços utilizados pela contratada, necessários à prestação do serviço público, que deverão reverter ao poder concedente quando do término da gestão, a menos que tenham sido naturalmente substituídos por outros, em decorrência da evolução tecnológica ou outros fatores específicos.

3.g) Despesas

As despesas da Entidade são comprovadas através de notas fiscais e recibos em conformidade com as exigências legais e fiscais.

3.h) Receitas financeiras e despesas financeiras:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas bancárias e demais encargos financeiros.

3.i) Apuração do resultado:

O reconhecimento das receitas e despesas é efetuado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.



4. BANCOS – CONTAS MOVIMENTO

	2013	2012
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3121-6	6,00	10,00
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3561-2	48,90	-
	54,90	10,00

5. BANCOS – APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	2013	2012
Banco Santander (Brasil) S.A. – Conta nº 3121-6	1.913.440,18	1.833.355,02
	1.913.440,18	1.833.355,02

A Entidade mantém a parcela disponível do superávit do(s) exercício(s) aplicado financeiramente enquanto não reinvestido em atividades ligadas ao seu objeto social, conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1. As aplicações financeiras da instituição não estão sujeitas à incidência de impostos, devido a Entidade gozar de isenção de tributos federais. As aplicações financeiras de liquidez imediata são realizadas com bancos de primeira linha, cuja rentabilidade dos investimentos estão atreladas, geralmente, ao Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI).

6. ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS

	2013	2012
Adiantamento de Férias	43.383,51	-
	43.383,51	-

7. CRÉDITOS COM CONTRATOS DE GESTÃO

	2013	2012
Contrato de Gestão nº 2385/2012	76.103,33	-
	76.103,33	-



8. IMOBILIZADO

IMOBILIZADO DE GESTÃO PÚBLICA	TAXA	2013	2012
Aparelhos e Instrumentos de Uso Médico	10%	5.425,96	1.004,36
Equipamentos de Uso Médico	10%	4.775,80	-
Equipamentos de Informática	20%	8.878,63	8.878,63
Máquinas e Equipamentos	10%	2.669,51	-
Móveis e Utensílios	10%	21.150,30	18.044,28
(-) Depreciação Acumulada		(6.245,52)	(1.753,35)
		36.654,68	26.173,92

Conforme preceituado nos contratos de gestão firmados entre o CEJAM e a Prefeitura Municipal de Arujá, os bens patrimoniais adquiridos por conta do referido contrato é de uso exclusivo e de propriedade da Prefeitura Municipal.

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

	2013	2012
Salários a Pagar	326.458,62	341.729,91
Pensões Alimentícias a Pagar	-	995,20
	326.458,62	342.725,11

10. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E FISCAIS

	2013	2012
INSS a Recolher	6.530,86	25.663,41
FGTS a Recolher	51.897,62	37.808,24
Contribuições Sindicais e Assistenciais a Recolher	2.675,05	5.759,50
PIS s/ Folha de Pagamento a Recolher	8.325,12	5.648,86
IRRF a Recolher	69.288,12	43.276,02
CSRF a Recolher	1.609,80	-
INSS Retido de PJ a Recolher	3.199,28	11.629,56
ISS Retido na Fonte a Recolher	1.552,48	5.288,12
	145.078,33	135.073,71

11. RECEITAS COM CONTRATO DE GESTÃO

	2013	2012
Contrato de Gestão nº 2385/2012	18.539.787,48	11.039.772,48
	18.539.787,48	11.039.772,48



12. ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS

A Entidade é isenta de Impostos por força do art. 150, inciso VI, alínea "c" e do § 7º do art. 195 da Constituição Federal e de Contribuições para a Seguridade Social com base na Lei 8.212 de 1991. A Entidade, a título de demonstrações, vem evidenciando as contribuições sociais usufruídas. Esses valores anuais equivalem à Isenção Usufruída - INSS. A isenção das contribuições sociais usufruídas no ano de 2013 foi de R\$ 1.493.442,64 e está registrada em conta própria de "Compensação das Isenções Patronais Previdenciárias", no grupo de despesas, da seguinte forma:

ISENÇÕES PREVIDENCIÁRIAS USUFRUÍDAS	2013	2012
Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	1.493.250,31	701.269,31
Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	192,33	19.299,40
	1.493.442,64	720.568,71
(-) Isenção Usufruída:		
(-) Cota Patronal INSS sobre a Folha de Pagamento	(1.493.250,31)	(701.269,31)
(-) Cota Patronal s/ Serviços Prestados por. Pessoas Físicas	(192,33)	(19.299,40)
	0,00	0,00

A Entidade atende todos os requisitos e exigências necessários à renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), tendo observado os procedimentos requeridos pela legislação e aguarda decisão sobre seu processo de renovação SIPAR/MS nº 24000.115009/2010-25.

13. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto de renda e contribuição social: em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, a Sociedade goza do benefício de isenção do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com o Decreto nº 76.186 de 02/09/75, artigos 167 a 174 do Regulamento do Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000 de 26/03/99 e artigo 195 da Constituição Federal.

PIS: por ser uma entidade sem fins lucrativos, está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei nº 9.532/97.

COFINS: por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis nº 9.718/98 e 10.833/03.

Isenção previdenciária usufruída: para atender aos requisitos da legislação pertinente, a entidade registra em contas de resultado os valores relativos às isenções previdenciárias gozadas, demonstradas na nota explicativa nº 12.



14. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

O Superávit do exercício de 2013 foi de R\$ 198.628,81 e o de 2012 de R\$ 775.663,47.

15. COBERTURAS DE SEGUROS

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

16. INFORMAÇÕES QUALITATIVAS - LEI Nº 12.101/2009

A entidade vem atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei 12.101/2009, chamada "Lei da Filantropia" e demais regulamentações vigentes, nas três áreas de sua atuação, Saúde, Educação e Assistência Social. Tendo como preponderância a área da Saúde, vem encaminhando relatórios ao Ministério da Saúde para acompanhamento e fiscalização, sem prejuízo das atribuições dos órgãos de fiscalização tributária. Os relatórios aqui previstos são acompanhados de demonstrações contábeis e financeiras, submetidas a parecer conclusivo de auditoria independente, realizada por instituição credenciada perante o Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

A renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS, emitido pelo Poder Público, é necessária para manutenção dos benefícios de isenção concedidos pelo Poder Público Federal, Estadual e Municipal e dos convênios firmados com estes poderes.

17. OUTRAS INFORMAÇÕES

As declarações de isenção do imposto de renda, as quais a Entidade está obrigada a apresentar anualmente, estão sujeitas à revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais, por período prescricional de cinco anos. Outros encargos tributários e previdenciários/trabalhistas, bem como prestação de contas da Administração referente a períodos prescricionais variáveis de tempo, também estão sujeitos a exame e aprovação final por autoridades fiscais e normativas ou órgãos fiscalizadores. A Entidade é regularmente auditada por Tribunais de Contas Municipais.

São Paulo, 31 de dezembro de 2013.

Dr. Fernando Proença de Gouvêa
Superintendente

Alexandre Papi
Contador CRC nº 1SP130223/O-3